



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013
(do Sr. Fernando Francishcini)

Requer que seja convocado o Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para expor acerca dos últimos acontecimentos naquele Ministério, inclusive as prisões efetuadas pela Polícia Federal.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Exmo. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para expor acerca dos últimos acontecimentos naquele Ministério, inclusive as prisões efetuadas pela Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Mais uma vez o Governo entra em colapso por seus gestores. Outra vez o envolvido é o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, pasta comandada por Manoel Dias, do PDT.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Notícias indicam suposto desvio de verbas públicas por contratos celebrados com Organizações Não Governamentais – ONG's. São irregularidades nos repasses de recursos e nos diversos procedimentos exigidos por lei que, em tese, caracterizam o crime de corrupção e improbidade administrativa.

Denota-se, com grande preocupação, que o governo da Presidente Dilma Rousseff tem sido marcado por escândalos de corrupção e desvio de dinheiro público que envolvem empresas, funcionários públicos e até mesmo o primeiro escalão das principais estruturas governamentais.

Veja matéria publicada no sitio do Jornal O Globo, cujo título é ***“PF prende oito pessoas suspeitas de fraude no Ministério d Trabalho”***. Veja íntegra da matéria:

PF prende oito pessoas suspeitas de fraude no Ministério do Trabalho



SÃO PAULO e BRASÍLIA - A Polícia Federal (PF) prendeu oito pessoas nesta terça-feira, incluindo um assessor do Ministério do Trabalho, durante uma operação que apura irregularidades no repasse de até R\$ 47,5 milhões do Ministério do Trabalho e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Emprego (MTE) para a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador (Ceat). A ONG possui 12 unidades em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na operação batizada de “Pronto Emprego”, Gleide Santos Costa foi preso com cerca de R\$ 30 mil de propina num hotel de São Paulo. Costa é assessor da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Ao longo da tarde, um servidor do ministério chegou a informar que Costa era da assessoria da Secretaria-Executiva. No início da noite, o ministério corrigiu a informação.

Segundo o delegado Rodrigo Sanfurgo, responsável pela operação, o assessor chegou a São Paulo na segunda-feira de manhã, vindo de Brasília. À tarde, visitou uma unidade da ONG, localizada na Zona Sul paulistana, onde recebeu o dinheiro. Em seguida, foi para o hotel.

O assessor, segundo delegados da PF, foi responsável por assinar convênios entre o Ceat e o Ministério do Trabalho. A ONG é a que mais recebe verba do ministério para manter centros de qualificação profissional — ao todo, desde 2009, recebeu cerca de R\$ 47,5 milhões do Ministério do Trabalho.

A PF não sabe ainda o valor exato da quantia desviada.

A presidente do Ceat, Jorgette Maria de Oliveira, também foi presa. A PF realizou buscas na casa dela, em São Paulo, encontrando carros de luxo das marcas Audi e Land Rover, que foram apreendidos. A diretoria da Ceat estava comprando mercadorias da China, que seriam revendidas numa loja da rua 25 de Março, para, segundo investigadores, lavar o dinheiro.

Segundo o delegado da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros (Delefin), da PF, a investigação não é um desdobramento das irregularidades que derrubaram o ex-ministro Carlos Lupi (PDT), demitido em dezembro de 2011. A PF ainda não encontrou vínculos entre partidos, embora Jorgette tenha sido filiada ao PDT: ela foi uma das fundadoras do partido no Rio. O PDT controla a pasta.

O Ministério do Trabalho anunciou na noite desta terça-feira o afastamento do assessor Gleide Santos Costa. Em nota, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

ministério informa que vai abrir investigação interna para apurar o suposto envolvimento do ex-assessor da secretaria de Políticas Públicas de Emprego. O ministério diz ainda que foram suspensos os repasses para a ONG Centro de Atendimento ao Trabalhador e que "está cooperando com todas as investigações da Polícia Federal que dizem respeito ao órgão".

Além de na unidade da ONG em São Paulo, a PF fez buscas no Ministério de Trabalho em Brasília. A Polícia Federal constatou o desvio dos recursos públicos e lavagem de dinheiro desde a concessão de verbas, passando pelo direcionamento das contratações, inexecução de contratos, doações fictícias e simulações de prestações de serviço até a reinserção do dinheiro ao sistema econômico-financeiro.

Foram cumpridos 38 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, todos expedidos pela Justiça Federal de São Paulo. A operação contou com a participação de 150 policiais federais e dois auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), que teria constatado irregularidades na prestação de contas do Ceat. Os presos responderão por quatro crimes: corrupção, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e peculato. Somadas, as penas podem chegar a 37 anos.

Fundada em 2002, a Ceat se define como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) "que se tornou uma referência na inclusão socioprodutiva e no resgate da autoestima do trabalhador".

"A organização surgiu em função da necessidade de enfrentar um cenário dramático de desemprego no Brasil, em particular, na região metropolitana de São Paulo", diz o site da ONG. "Desde sua inauguração, em 2002, já atendeu mais de um milhão de trabalhadores em condição de desemprego."

A Ceat não se manifestou publicamente sobre o ocorrido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Diante do retro exposto, a convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento e fiscalização das ações do Poder Executivo, além de dar a oportunidade do chefe daquela pasta explicar o que houve de fato naquele Ministério e apontar os possíveis culpados.

Sala das Sessões, em de de 2013

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI